



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

**AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
COM BASE NO ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021**

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
ESTADO DE SANTA CATARINA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2024
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2024**

1) PRÉAMBULO

1) O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 01.612.847/0001-90 leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo administrativo de DISPENSA DE LICITAÇÃO:

I - Base legal:

- a) Lei nº 14.133/2021, art. 75: inciso I
- b) Decreto Municipal nº 180/2023

II - Processo Administrativo nº 45/2024

**III - Data limite para apresentação de propostas adicionais e documentação:
dia 08/05/2024, às 23:59 horas via e-mail.**

IV - Referência de horário: horário de BRASÍLIA-DF

**V - Endereço eletrônico para envio da proposta e documentação
licitacao@staterezhaprogresso.sc.gov.br.**

2) OBJETO

Objeto: Constitui objeto desta Dispensa de Licitação é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO GEOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO, ESTUDO DE VIABILIDADE, LICENÇAS AMBIENTAIS E EMISSÃO DE ART PARA PERFURAÇÃO DE 03(TRÊS) POÇOS ARTESIANOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS**, conforme Termo de Referência em anexo.

- 2.1. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:
- 2.2. **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;**
- 2.3. **ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA;**
- 2.4. **ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO.**
- 2.5. **ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS**
- 2.6. **ANEXO V - DECLARAÇÃO UNIFICADA**
- 2.7. **ANEXO VI - APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

3) VALOR ESTIMADO

3.1 Valor do objeto: O presente Processo Licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação, será no valor estimado de R\$ 19.497,00 (dezenove mil quatrocentos e noventa e sete reais). O preço da aquisição esta sendo compatível com o preço praticado no mercado, conforme observado e cotado em pesquisas de preços em anexo.



**DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024**

4) PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. A presente Dispensa de Licitação ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: licitacao@staterezhinprogresso.sc.gov.br, ou mediante protocolo no setor de licitação.

4.2. O prazo para apresentação de propostas adicionais pelos eventuais interessados inicia em **06 de maio de 2024 às 00:00 horas e encerra em 08 de maio de 2024 às 23:59 horas.**

4.3. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico ou por protocolo, no setor de licitações, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declarações com as seguintes informações:

I – a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II – o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte.

III – o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV – o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o Art. 93 da Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e

V – o cumprimento do disposto no inciso VI do Art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor).

4.4 A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

4.5 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4.6 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

4.7 O eventual interessado, ao enviar sua proposta, declara compreender que não está participando de uma licitação, mas fornecendo proposta adicional para a aferição, por parte da administração, da vantajosidade da escolha a ser contratada em processo de dispensa de licitação.

4.8. Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados junto a proposta/cotação de preço via e-mail:

4.9 Habilitação: Conforme Termo de Referência.

5) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 As despesas decorrentes deste processo de dispensa correrão por conta do orçamento de 2024.

Despesa	Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa
103	1500	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIA	33903905 – SERVIÇO TÉCNICOS PROFISSIONAIS



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

6) DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento ocorrerá dentro de 30 (trinta) dias, após a efetiva execução dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021;

6.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante o processo de habilitação.

7) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX - Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

7.2 Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Multa de 30%	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São José do Cedro, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II, III, IV, V, VI, VII. Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	VIII, IX, X, XI, XII. Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):



**DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024**

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4 Para aplicação das sanções (arts. [156, § 6º, I](#), [157 e 158](#) da Lei nº 14.133/2021):

- I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contada data de sua intimação;
- II - Incisos III e IV do item 1:
 - a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
 - b) O contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
 - c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
 - d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
 - e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));
 - f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
 - i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
 - ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*;
 - iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

7.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

7.9 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.10 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.11 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.12 É admitida a reabilitação do contratado perante o Município De Santa Terezinha Do Progresso, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)).

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II - Pagamento da multa;
- III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

7.13 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do *caput* do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

9) DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Para fins de garantir a ampla publicidade, este ato que autoriza a dispensa de licitação, junto com os demais documentos mencionados neste documento, será divulgado:

- I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município ([art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Página do Município de Santa Terezinha do Progresso
- III - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.2 As questões decorrentes das previsões desta contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, 03 de maio de 2024

MARCIA DETOFOL
Prefeita Municipal



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Definição do Objeto:

OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO GEOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO, ESTUDO DE VIABILIDADE, LICENÇAS AMBIENTAIS E EMISSÃO DE ART PARA PERFURAÇÃO DE 03(TRÊS) POÇOS ARTESIANOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.

Quantitativos:

O objeto em questão possui os quantitativos demonstrados na tabela a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Total R\$
1	01	UND		Contratação de serviço de Geologia para estudo de viabilidade para perfuração de 03 (três) poços artesianos no interior do município,contendo: a) Estudo e Locação e Elaboração do Projeto do Poço; b) Elaboração do Termo de Referência para a Perfuração e Construção do Poço; c) Acompanhamento e Fiscalização da Contratação da Empresa Perfuradora e da Obra; d) Em caso de Poço Improdutivo ou Impróprio, fica responsável pelos Tramites necessários para realizar o tamponamento em conformidade com as especificações do DRHS/SEMA; e) Solicitar no SIOUT Autorização Prévia para perfuração dos poços artesianos, e realizar seu acompanhamento. f) Emitir o Laudo de Conclusão do Poço. g) Emitir ART de responsabilidade técnica assinada	19.497,00

1.2. Prazo do Contrato:

O contrato terá prazo de vigência até 31/12/2024 a partir de sua assinatura.

1.3. Possibilidade de prorrogação:

Tendo em vista a necessidade do Município, o contrato poderá ser prorrogado na forma da lei. No mesmo sentido,poderá ser reajustado através do IPCA



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

1.4 Justificativa:

Justifica-se face ao município ter a necessidade de perfuração de três poços artesianos, localizados no interior do município, fazendo-se necessário licenciamentos e laudos, emitidos por profissional habilitado, visando o pleno funcionamento e atendimento das exigências legais.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

3.1. A solução proposta é a contratação de empresa especializada em serviço de Geologia para estudo de viabilidade para perfuração de poços artesianos no interior do município.

3.2. A descrição da solução como um todo está pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

4.1 Habilitação Jurídica:

4.2 cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

4.3 cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

4.4 comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o contratado for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o contratado for pessoa jurídica;

4.5 cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.6 Habilitação Fiscal, Social E Trabalhista

4.7 Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.8 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratante, e com o Município de Alto Alegre/RS, nos termos do Art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.9 Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

4.10 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.11 Habilitação Econômico-Financeira:

4.12 Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 dias da data designada para a apresentação do documento;

4.13 Qualificação Técnica:

4.14 Certidão de registro válida expedida por Conselho Profissional Competente da área de atuação do profissional. Em caso de Pessoa Jurídica, o profissional deverá comprovar o vínculo com a empresa.

4.15 Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, nos termos da IN nº 10/2023 – IBAMA, previsto na Lei Federal nº 6938/1981, Art. 17, do profissional técnico.



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

4.16 Comprovação em atuação em licenciamento ambiental ou atividade relacionada ao objetivo da contratação, acompanhamento, cadastramento e atividades correlatas a implantação de poços artesianos, através de ART.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

5.1 O início para execução dos serviços encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste termo de referência.

5.2 O fiscal de contrato será Sra. Jair Giehl, o qual deverá observar as atribuições dispostas no Art. 177 da Lei 14.133/2021.

O gestor para o contrato será o Sr. Romario Recalcati.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.

6.1 Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente. Em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal pelo detentor, devidamente conferida e atestada pela secretaria requisitante.

6.2 Nas notas fiscais deverão constar o número do Pregão e do Contrato firmado ou empenho, e ainda, atestada pelo responsável pelo recebimento, o valor total e quantidade, além das demais exigências legais.

6.3 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

6.4 Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.5 Será efetuado recolhimento de todos os tributos devidos quando da realização dos pagamentos.

6.6 A partir de 01/10/2023 todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal, sob pena de não aceitação da nota.

7. FORMAS E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

7.1. Conforme disposto no item 1.5, o contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade dispensa de licitação, com critério de julgamento de menor preço por item

7.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais, conforme disciplinado no termo de referência.



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

A estima do valor da contratação é demonstrada na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant	Unidade	Cotação 1	Cotação 2	Cotação 3	Valor Total
1	Contratação de serviço de Geologia para estudo de viabilidade para perfuração de 3 poços artesianos no interior do município,contendo: a) Estudo e Locação e Elaboração do Projeto do Poço; b) Elaboração do Termo de Referência para a Perfuração e Construção do Poço; c) Acompanhamento e Fiscalização da Contratação da Empresa Perfuradora e da Obra; d) Em caso de Poço Improdutivo ou Impróprio, fica responsável pelos Tramites necessários para realizar o tamponamento em conformidade com as especificações do DRHS/SEMA; e) Solicitar no SIOUT Autorização Prévia para perfuração dos poços artesianos, e realizar seu acompanhamento. f) Emitir o Laudo de Conclusão do Poço. g) Emitir ART de responsabilidade técnica assinada	1	UND	R\$ 19.49 7,00	R\$ 20.99 7,00	R\$ 23,10 0,96	R\$ 19.497,00

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes do presente certame correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Despesa	Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa
103	1500	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIA	33903905 – SERVIÇO TECNICOS PROFISSIONAIS



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

10. CONDIÇÕES GERAIS

A **CONTRATANTE** não se responsabiliza por quaisquer encargos de direitos trabalhistas, previdenciários ou sociais dos empregados e/ou profissionais contratados pela **CONTRATADA** para realização dos serviços, cabendo à esta todas as despesas realizadas ou não.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 03 de maio de 2024

JAIR GIEHL
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2024

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2024

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE / FAX:

E-MAIL:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO GEOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO, ESTUDO DE VIABILIDADE, LICENÇAS AMBIENTAIS E EMISSÃO DE ART PARA PERFURAÇÃO DE 03(TRÊS) POÇOS ARTESIANOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo R\$	Preço Total R\$
1	1	UND		Contratação de serviço de Geologia para estudo de viabilidade para perfuração de 03 (três) poços artesianos no interior do município,contendo: a) Estudo e Locação e Elaboração do Projeto do Poço; b) Elaboração do Termo de Referência para a Perfuração e Construção do Poço; c) Acompanhamento e Fiscalização da Contratação da Empresa Perfuradora e da Obra; d) Em caso de Poço Improdutivo ou Impróprio, fica responsável pelos Tramites necessários para realizar o tamponamento em conformidade com as especificações do DRHS/SEMA; e) Solicitar no SIOUT Autorização Prévia para perfuração dos poços artesianos, e realizar seu acompanhamento. f) Emitir o Laudo de Conclusão do Poço. g) Emitir ART de responsabilidade técnica assinada		
Total						

Valor total global: R\$ _____ (_____).

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024



PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Não inferior a 60dias

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital.

Local, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do ResponsávelCPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2024
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2024

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2024

....., **QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E A EMPRESA**
_____, **DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:**

CLÁUSULA I – DAS PARTES E FUNDAMENTOS:

9.3 DO CONTRATANTE:

9.3.1 O **MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**, com sede na Avenida Tancredo Neves Nº 337, Centro, CEP 89983-000, neste ato representada por sua Prefeita Municipal, Senhora **MARCIA DETOFOL**.

9.4 DO CONTRATADO:

1.2.1. _____

_____.

9.5 DOS FUNDAMENTOS:

9.5.1 A presente contratação decorre do Processo Administrativo Nº 45/2024, Dispensa de Licitação Nº 18/2024, de acordo com a Lei Federal Nº. 14.133/2021, com destaque para o Art. 72 e para o inciso I do Art. 75 do respectivo diploma legal e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA II – DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto do presente contrato a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO GEOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO, ESTUDO DE VIABILIDADE, LICENÇAS AMBIENTAIS E EMISSÃO DE ART PARA PERFURAÇÃO DE 03(TRÊS) POÇOS ARTESIANOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS**



CLÁUSULA III – DO PRAZO, DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO:

3.1. DO PRAZO:

3.1.1. O presente instrumento vigorará até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado conforme os Arts.105 e 107, da Lei Nº 14.133/21.

3.2. DO VALOR E DO PAGAMENTO:

3.2.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____, já incluídos os tributos, os encargos, seguros e demais ônus que por ventura possam recair sobre o Município, sendo:

Item 01: R\$ _____.

3.2.2. O pagamento será realizado dentro de 30 (trinta) dias, após a efetiva execução dos serviços e mediante a apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021.

3.2.3. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o Art. 121, parágrafo único, da Lei Federal Nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

4.2. Notificar, por escrito e verbalmente, à **CONTRATADA** sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção;

4.3. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

4.4. Prestar à **CONTRATADA** todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

4.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa sua proposta;

4.6. Colocar à disposição da **CONTRATADA** os elementos e informações necessárias à execução do objeto;

4.7. Não permitir que o pessoal da **CONTRATADA** execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas;

4.8. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.

4.9. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da **CONTRATADA** que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções;

4.10. Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;



**DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024**

- 4.11. Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- 4.12. Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- 4.13. Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a **CONTRATADA** de seus direitos adquiridos;
- 4.14. Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.
- 5.2. A vencedora deverá executar os serviços observando fielmente este ETP, inclusive em relação a execução dos serviços, e os termos da sua proposta.
- 5.3. A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.4. Responsabilizar-se pelas obrigações, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e acidentárias decorrentes deste processo;
- 5.5. Realizar a prestação dos serviços dentro dos prazos estabelecidos;
- 5.6. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais (impostos) decorrentes da execução do presente contrato e obrigações sociais e trabalhistas entre a CONTRATADA e seus empregados;
- 5.7. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento feito pelo Contratante;
- 5.8. Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 5.9. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida quando da execução do objeto contratado;
- 5.10. Juntamente com a nota fiscal deverá acompanhar documento atestando os serviços realizados pela empresa contratada.
- 5.11. Os custos de deslocamento ficarão a cargo da Empresa vencedora do certame.

CLÁUSULA VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 6.1. Os recursos necessários ao objeto do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

Despesa	Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa
103	1500	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIA	33903905 – SERVIÇO TÉCNICOS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA VII - DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;

7.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter preposto aceito pela

CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

7.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e telefonemas;

7.4. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

7.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do Art. 155 da Lei Federal Nº 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no Art. 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021:

- a) O valor da multa aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo no valor de 10% (dez por cento) do valor do presente contrato;
- b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

previsto neste instrumento;

- c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência;
- d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o **CONTRATANTE** poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo **CONTRATANTE**, o valor retido correspondente será

depositado em favor da **CONTRATADA**, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

CLÁUSULA IX - DOS MOTIVOS DE RESCISÃO:

9.1. São motivos de rescisão do contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no Art. 137 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1. O presente contrato e todas as suas alterações e/ou aditamentos deverão ser divulgados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura e mantidos à disposição do público, na forma do Art. 91 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO FORO:

11.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Maravilha/SC.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Santa Terezinha do Progresso - SC, _____ de _____ de 2024

MARCIA DETOFOL
PREFEITA MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA
DO PROGRESSO - SC

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL
CARGO
CONTRATADA

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024



TESTEMUNHAS

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Visto e aprovado pela assessoria jurídica
EDER SCHLOSSER DA SILVA
OAB/SC 49.465



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS

Modelo 1

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do [art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021](#), que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

OU

Modelo 2

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLAR declara que não se aplicam as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

Obs: A licitante deverá optar apenas por um modelo de declaração do Anexo IV



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

ANEXO V

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARA:

a) **ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** : DECLARA, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021 que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS**: DECLARA, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

c) **DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR**: DECLARA para os devidos fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega, nem empregará, durante a vigência do contrato, menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

d) **DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**: DECLARA que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

e) **PLENO CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DAS REGRAS E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento.

f) **O INTERESSADO declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar**



DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

g) Declara sob as penas da lei que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital do referido processo licitatório do Município de Águas Frias.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal

(LOCAL), (DATA). _____

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ANEXO VI

APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 (quando a empresa se enquadrar nesse situação – EPP, ME e MEI)

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o licitante no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II), sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021. Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA). _____

(LICITANTE – CNPJ/CPF)